DOI: 10.48006/978-65-5973-031-5-6

# DO HOLOCAUSTO À TERRA PROMETIDA: A CRIAÇÃO DE UM MEMORIAL NA PAISAGEM CARIOCA[1]

**Edilson Pereira**

*Toda a história evangélica está escrita sobre o solo.*
*Maurice Halbwachs (1990, p. 380)*

Imagem 1 – Divulgação do Memorial do Holocausto do Rio

Fonte: Instituto de Desenvolvimento e Gestão (2020).

Desponta na paisagem carioca um novo monumento: o Memorial às Vítimas do Holocausto. Em contraste com outros memoriais do gênero existentes no Brasil, como o de São Paulo, que é circunscrito ao interior de uma antiga sinagoga, o exemplar carioca se localiza em área pública, no Morro do Pasmado, em Botafogo (imagem 1). Nesse local, ele se avizinha a dois grandes símbolos da cidade: o Cristo Redentor e a pedra do Pão de Açúcar, introduzindo-se como um novo ponto de atenção no horizonte. Situado em um mirante próximo à baía da

1 Uma versão desta análise foi apresentada na 32a Reunião Brasileira de Antropologia, em 2020, no grupo de trabalho Religião e Materialidades: novos horizontes empíricos e desafios teóricos, coordenado por Renata de Castro Menezes e Rodrigo Toniol. Agradeço a interlocução e, no MARES, especialmente a Emerson Giumbelli e Fernanda Arêas Peixoto pelos generosos comentários ao texto.

Guanabara, ele ocupa uma posição privilegiada para ser visto ao longe e, dele, poder contemplar o entorno urbano – que passa a ser mediado simbólica e materialmente pelo tema do Holocausto.

Analiso neste capítulo as condições de criação do memorial, considerando os atores que se interligam desde seu projeto até sua edificação recente. O texto é organizado com base nos principais agentes relacionados com a biografia do memorial e do local onde ele foi instalado, incluindo políticos, comunidades étnico-religiosas, arquitetos, especialistas do patrimônio, moradores do bairro, curadores etc. Além de ter feito algumas idas ao canteiro de obras, baseio minha análise no levantamento de materiais textuais e imagéticos que ressaltam sua dimensão de artefato construído por meio do poder público. Este é, aliás, um elemento determinante da existência do próprio memorial, que levou décadas para sair do papel e ser erigido com o apoio do prefeito municipal e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Marcelo Crivella (mandato 2017-2020).

Dentro das redes acionadas pelo novo equipamento urbano, seguirei três frentes principais. A primeira engloba representantes da comunidade judaica no Rio, incluindo o deputado estadual Gerson Bergher (falecido em 2016), responsável pela proposta de realização de um concurso para a construção do Memorial no fim dos anos 1990, e sua viúva, a vereadora Teresa Bergher, que integrava a gestão de Crivella quando a pedra fundamental das obras foi lançada, em 2017. Em contraposição a eles, o segundo grupo se compõe pelos críticos do local escolhido para a edificação, em sua maioria profissionais vinculados aos órgãos de proteção do patrimônio cultural e paisagístico. Esses atores argumentam que o memorial foi projetado originalmente para ser instalado ao nível do mar, e não no alto de um morro. Com sua transposição para o mirante do Pasmado, o equipamento se destacaria e afetaria negativamente a paisagem patrimonializada pela Unesco – a mesma que se tornou, historicamente, uma metonímia da "cidade maravilhosa". Na perspectiva do patrimônio, o cerne do problema criado pelo memorial estaria na edificação de um obelisco com mais de 20 metros de altura.

A terceira frente considerada nos aproxima da Igreja Universal, instituição que se consolidou como um dos principais expoentes do

neopentecostalismo internacional e que têm, junto a outras instituições evangélicas, deslocado continuamente as fronteiras entre religião, política e cultura no país. Nos últimos anos, a Universal vem alterando sua identidade visual de modo a enfatizar referências e símbolos do Antigo Testamento e do judaísmo. Dentre eles, destacam-se nos altares de seus templos réplicas das tábuas dos Dez Mandamentos que, segundo a tradição judaica e bíblica, foram entregues por Deus a Moisés em um monte sagrado. Pois bem, na base do totem que se configura como o item de maior destaque do novo memorial carioca está inscrito o mandamento "Não matarás", remetendo em forma monumental e não figurativa às dez leis divinas.

De maneira análoga a certos monumentos modernos que redefiniram a paisagem e o imaginário associado às cidades que os abrigam (Barthes, 1993), a disposição verticalizada do memorial – com um obelisco no alto de um morro – nos coloca diante de sua potencial transformação em um símbolo urbano que aponta simultaneamente para o céu e para a terra, para o passado (histórico ou bíblico) e para o presente. Nesse sentido, considero que o caso seja interessante pela sua recente materialização em um espaço público e por sua contribuição, enquanto tema de estudo, aos esforços de compreensão das redefinições políticas e religiosas atuais, incluindo sua articulação a dispositivos da memória coletiva e sua expressão estética na cidade.

Localizado entre o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor, o memorial interage com o panorama que engloba esses grandes monumentos (naturais e de arquitetura) podendo se contaminar simbolicamente com eles. Sobre o último, em particular, lembro que sua construção há quase um século foi mediada pelo poder público em sintonia com lideranças religiosas, católicas, que descreveram a fixação da grande imagem no alto do Corcovado como se este fosse o seu pedestal, um altar criado pela natureza (Giumbelli, 2014). Já no tempo presente, a relação entre o memorial e seu entorno natural também ganha atenção do poder público. O projeto incluiu, por parte da gestão de Crivella, uma etapa de "requalificação" do morro carioca. No local onde um dia existiu uma favela, a do Pasmado, planeja-se criar um "jardim bíblico", isto é, uma área verde com árvores, pedras e trilhas que mantenham uma relação

de semelhança com paisagens da Terra Santa – um dispositivo visual de conexão Brasil-Israel que já é utilizado em espaços como o Templo de Salomão, em São Paulo.

Por fim, saliento que o uso do termo Holocausto em vez de *Shoah*, "a catástrofe", preferido por setores da comunidade judaica internacional para nomear o profundo trauma da perseguição nazista, se justifica pelo fato de que os atores que analiso se valem sempre da primeira expressão. Tal uso reforça, ademais, a dimensão ambivalente do termo, que serve para se referir tanto ao genocídio que marcou o século XX quanto aos procedimentos rituais da tradição judaica, narradas desde as Escrituras. Minha análise, portanto, volta-se menos à literatura especializada sobre os eventos históricos da Segunda Guerra na Europa e mais às interpretações de tais eventos por figuras de destaque no cenário carioca e nacional, observando suas formas de atualização e tradução sensorial.

## Holocausto como tema (da) Universal

De madrugada Abraão se levantou
Três dias no deserto caminhou
Ninguém sabia o que ele ia fazer
E o quanto lhe custava obedecer
Guiado pela fé a voz de Deus
Sentiu tornar em cinzas os sonhos seus
Subiu o monte santo Moriá
E pôs o próprio filho no altar
E quando Abraão ergueu a mão
Tocou em Deus no céu o coração
E um anjo
Bradou em alta voz […]
Deus proverá, Deus proverá
Pra quem lutar e mesmo exausto
Entregar a própria vida
No altar do holocausto

Os versos acima compõem a música "Altar do Holocausto", entoada por um conhecido cantor gospel carioca. Ele atua no meio musical desde 1992, tendo gravado mais de dezesseis álbuns e duzentas canções. Mais recentemente, ele passou a dividir a carreira musical com o emi-

nente cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro (2017-2020, PRB). Devido à posição assumida no poder público, Marcelo Crivella se licenciou temporariamente da posição de bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Apesar da formalidade da licença demandada para assumir o posto político, Crivella voltou a soltar a voz em 2018, no segundo ano de seu mandato. Cantou para cerca de duas mil pessoas que foram assistir a ele em uma casa de espetáculos situada a poucos metros da Prefeitura Municipal.[2] Tratava-se de um show promovido com o intuito de angariar fundos para a construção do "Memorial do Holocausto Rio", também chamado de "Memorial às Vítimas do Holocausto".

A música entoada pelo prefeito na ocasião recupera a história do Antigo Testamento, na qual Deus ordena a Abraão que sacrifique seu próprio filho, Isaac. O local destinado para o filicídio era o monte Moriá, que reaparece em outras passagens das Escrituras e que, posteriormente, foi o território escolhido para abrigar o Templo de Salomão, um dos reis mais importantes na formação da antiga Israel. No presente, o monte integra a paisagem admirada pelos visitantes do Muro das Lamentações, em Jerusalém. Pois, naquele monte sagrado, Abraão deveria realizar um holocausto, termo derivado do grego *holó-kaustos* – "todo" e "queimado" – que na tradição judaico-cristã assumiu o sentido de sacrifício, de trabalho sagrado. Na história narrada no Pentateuco, isto é, nos cinco livros que compõem a Torá judaica e o início do Antigo Testamento, Abraão sobe ao monte e coloca seu filho no altar. Antes que o sacrifício se cumprisse, porém, um anjo interrompe a mão paterna que avançava com um punhal em direção a Isaac. Por cumprir sua promessa – mesmo interrompida –, Abraão e sua prole são abençoados e se firma a aliança entre a divindade e o primeiro patriarca do povo judeu.

A história antiga faz parte do rol de narrativas acionadas por diferentes religiões, dentro e fora do país[3]. No contexto brasileiro, a escolha do tema para embalar as canções de Crivella marca um momento de inflexão em sua trajetória pública. Nos idos dos anos 1990, quando iniciou sua carreira, as letras das canções do bispo estavam afinadas com as

2 O "Show da Solidariedade" foi realizado no Espaço Sulamérica, situado próximo à avenida Presidente Vargas, em 14 de junho de 2018.

3 Denominam-se "religiões abraâmicas" as três vertentes monoteístas surgidas no oriente próximo: judaísmo, cristianismo e islamismo. No Brasil, histórias do Antigo Testamento são acionadas tanto por evangélicos, de várias linhagens, quanto por católicos (Pereira, 2014, 2020).

controvérsias nas quais sua igreja se envolveu. Entre elas, a que remete ao episódio conhecido como "o chute na santa", ocasião na qual um bispo da Universal proferiu um ato iconoclasta contra uma réplica da "padroeira do Brasil", no dia de sua festa, em 12 de outubro de 1995. O ato transmitido pela Rede Record gerou comoção de católicos e não católicos, com forte repercussão midiática (Giumbelli, 2003). Quatro anos depois, Crivella gravou "Um chute na heresia", música composta por uma suave melodia de violão acompanhada da canção: "Na minha vida dei um chute na heresia/Houve tanta gritaria de quem ama a idolatria/[…] Se ela é Deus, ela mesmo me castiga/Aparecida, Guadalupe ou Maria". A música atualizava, em versos, o ato que havia sido proferido primeiro em imagens. Juntos, gesto e canção sinalizavam uma reconfiguração do campo religioso brasileiro na virada do último século.

Nas últimas décadas, a maior visibilidade evangélica no espaço público confirmou a tendência de mudança que se refletia na atuação de lideranças como Crivella. A primeira postura, que se voltava a uma comunidade de fiéis para se contrapor ao mundo secular e à hegemonia católica – recorrendo aos preceitos iconoclastas que remontam ao tempo de Abraão, que "aos seis anos de idade destruiu a oficina de ídolos de seu pai" (Latour, 2008, p. 126) –, passou a coexistir com a ação no mundo da política. Ao ingressarem em partidos e disputas eleitorais, muitas figuras evangélicas e da IURD expandiram seu raio de ação como mediadoras do protagonismo divino, estendendo-o para a esfera pública (Birman, 2012). Elegendo-se por meio dos pleitos democráticos e se articulando com grupos conservadores, eles ascenderam ao patamar de agentes na disputa de projetos políticos para o Rio de Janeiro e para a nação (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017).

Tal processo é marcado por diferentes formas de articulação entre atores religiosos e não religiosos, permitindo que a heterogeneidade característica do universo evangélico, com suas muitas denominações, passe a dar lugar a uma noção de "evangélico" ou "cristão" que se articula a um discurso de maioria. Os evangélicos aparecem então como um coletivo difuso, que se torna hábil na articulação com outros segmentos, inclusive católicos, para concorrer no delineamento de projetos que acionam certa ideia de "cultura brasileira" – uma cultura, segundo tais atores, que seria inextrincavelmente cristã.

Giumbelli (2008) abordou uma faceta dessa dinâmica ao analisar as investidas evangélicas na "cultura", como no projeto de lei proposto por Crivella, em 2005, quando ele ocupava o cargo de senador, para inclusão dos "templos" como possíveis beneficiários de recursos da Lei Rouanet. Apesar de o projeto não avançar naquele momento, revelando certa dificuldade dos evangélicos se valerem da noção de cultura para determinados propósitos, seis anos depois a música gospel foi englobada nas políticas da mesma lei "cultural". Ao se vincular às formas de financiamento da cultura definidas pelo Estado, o "evangélico" deixa de referir à religião exclusivamente, podendo ser pensado tanto como parte de um projeto político amplo quanto uma frente de mercado e entretenimento (Sant'Anna, 2013).

Por essa razão, deve-se compreender a performance de Crivella cantando "Altar do Holocausto", em 2018, como parte de um movimento maior e mais complexo que articula religião, cultura e política por muitas vias. Uma delas opera uma interessante modificação na forma e na escala daquilo que a literatura especializada chamou de "cultura bíblica" (Velho, 1995; Steil, 1996). Originalmente utilizada para se referir ao imaginário popular brasileiro, sobretudo católico e rural, a noção pode ser atualizada à realidade dos grandes centros urbanos, incluindo suas periferias e práticas de consumo. O acesso ao repertório narrativo e visual da Bíblia, que era feito dentro de igrejas ou grupos religiosos, ganhou nova magnitude – conforme discutido por Jorge Scola (2020), em outro capítulo deste livro. O imaginário bíblico e suas paisagens são acionados em shows e rituais de grande público, na comunicação midiática, no consumo cultural e no turismo religioso. Juntos, esses eventos produzem uma partilha estética (Rancière, 2009) do conteúdo religioso para além dos círculos e usos tradicionais.

Ao mesmo tempo, a popularização do repertório evangélico se realiza com procedimentos seletivos que orientam quais personagens ou enredos devem ser enfatizados e como. Dentro dos inúmeros repertórios e interpretações possíveis de se fazer com base na narrativa bíblica, nota-se que a produção estética e ritual de igrejas como a IURD enfoca temas-chave para a reapropriação contemporânea de elementos da tradição judaica (Pereira, 2020). O processo de valorização cultural

de símbolos e histórias do Antigo Testamento e de políticas do atual Estado de Israel, configurando uma modalidade de filojudaísmo ou sionismo cristão, já se refletia na construção das megacatedrais da Universal, como a Catedral da Fé, no Rio de Janeiro, e o Templo de Salomão paulistano (Gomes, 2011; Mafra, 2011). Em ambos os templos, parte do revestimento foi arrematado com pedras calcárias trazidas dos arredores da Terra Santa, visando estender sua sacralidade e aparência no território brasileiro.[4]

Nesse cenário, a criação do Memorial do Holocausto do Rio assume a posição de uma notável via de expressão do filojudaísmo evangélico – intervindo no espaço público e na paisagem urbana sob o signo da "memória". Nesse ponto, cabe lembrar que Mafra (2011) havia assinalado a similitude existente entre as estratégias curatoriais empregadas em museus judaicos e a maneira como os assembleianos construíram um de seus memoriais. Segundo a autora (2011, p. 616), ambos estabeleciam um "estilo de materialização da memória" que enfoca a dimensão diaspórica dos coletivos, sejam eles tomados pela sua conjunção étnica e/ou religiosa. Assim como em museus da história judaica, os assembleianos organizavam uma narrativa temporal que enfatizava sua condição de comunidade ou "minoria perseguida" – um discurso que se reproduz igualmente entre os iurdianos (Camurça, 2020).

No caso da Universal, a história judaica é abordada de maneira a conectá-la com o cristianismo neopentecostal e torná-lo seu herdeiro, criando um sentido de continuidade. Um exemplo interessante desse expediente foi a criação do Centro Cultural Jerusalém em 2008, em área contígua à Catedral de Del Castilho, na zona norte carioca. Em sua autodescrição, o centro se identifica "como um espaço proativo de apoio à educação e desenvolvimento cultural do Rio de Janeiro. Construído, para discutir arte, cultura da imagem, educação e práticas curatoriais".[5] O projeto, de autoria de Crivella, inclui entre suas atrações "a maquete da cidade de Jerusalém do século I d. C.", replicando um protótipo israelense. Ao lado da detalhada reprodução da cidade em miniatura, os visitantes

4 O obelisco do memorial carioca foi recoberto com blocos de granito em tonalidade amarelada, próxima à coloração que caracteriza as pedras trazidas de Israel. No caso do templo paulistano, o maior da IURD, as pedras calcárias foram importadas da cidade de Hebrom, que abriga o Túmulo dos Patriarcas com os restos mortais de Abraão. Ver: https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio-gentile/2020/10/14/tribunal-isenta-universal-de-pagar-imposto-por-pedras-consideradas-sagradas.htm/. Acesso em: 15 out. 2020.

5 Disponível em: http://centroculturaljerusalem.com.br/about-2/. Acesso em: 10 ago. 2020.

acessam uma exposição com textos e imagens que resumem a história (bíblica e não bíblica) de Israel até o tempo presente, incluindo a perseguição nazista na Europa. Desde 2009, o centro cultural se configura como um "ponto turístico oficial" do estado do Rio de Janeiro (lei nº 5.375). E embora a conexão espacial e temática com a IURD seja evidente no caso desse centro, deve-se atentar que sua autodescrição dá mais ênfase à dimensão "cultural" e "educacional" do que à "religiosa".

Esse é um dado interessante para voltarmos nossa atenção ao Memorial do Holocausto do Rio, posto que ele expande a rede de instituições interessadas na sua construção e existência. A cerimônia de lançamento da pedra fundamental do memorial, em 14 de julho de 2017 – cerca de um ano antes do show gospel do prefeito – oferece um indício da multiplicidade de atores envolvidos no projeto que se iniciava formalmente. Junto ao chefe do Executivo e seus assessores, os convidados de destaque da ocasião incluíam o embaixador de Israel, Yossi Shelly, o presidente da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ), Herry Rosenberg, a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Teresa Bergher, o arquiteto idealizador do projeto, André Orioli, e a cantora israelita Varda, que havia se apresentado anteriormente no Templo de Salomão.

A divulgação oficial do evento afirmava que o monumento iria inserir o Rio de Janeiro no rol de metrópoles "que rendem homenagens às vítimas do genocídio nazista, como Paris, Berlim, Nova York, Washington e Londres".[6] No mesmo dia, o Diário Oficial do Município informava que

> [O memorial] contará com anfiteatro, galeria para exposição e sala de mídia digital. A construção do memorial está prevista na lei 4665, promulgada em 2007, de autoria de Teresa Bergher. O local terá rampas de acesso, área para solenidades, galeria circular com três divisões, abrigando a galeria da Memória, com 300 m², espaço de mídias interativas de 182 m², auditório para 130 pessoas.[7]

Abordarei adiante o caminho desde a idealização até a implementação do projeto. Por ora, gostaria de voltar a atenção para o seu lança-

6 "Crivella lança pedra fundamental do Memorial às Vítimas do Holocausto", de 14 de julho de 2017. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=7169691. Acesso em: 10 ago. 2020.

7 Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 82, sexta-feira, 14 jul. 2017. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3476/#/p:1/e:3476/. Acesso em: 10 ago. 2020.

mento pelo poder público. No evento, havia um considerável número de pessoas vinculadas à comunidade judaica carioca, cuja participação no rito colaborava para dar o tom dos discursos que apresentavam os judeus como vítimas exemplares do Holocausto. Ao mesmo tempo, figuras como a então Secretária de Direitos Humanos ressaltavam que o rol de vítimas homenageadas pelo memorial seria amplo, incluindo "homossexuais, ciganos, deficientes físicos e testemunhas de Jeová".[8] Exclamando "Holocausto, nunca mais!" em coro com os presentes, o prefeito fazia ressoar um slogan que tem sido utilizado por vários apoiadores do projeto, independentemente de sua vinculação efetiva com as vítimas (judaicas ou não) do nazismo.

De fato, a aproximação de Crivella com a causa e a história judaica é anterior à sua atuação como prefeito. A partir de 2002, quando passou a dividir a carreira de cantor com a política ocupando a cadeira de senador pelo Rio de Janeiro, ele fez vários pronunciamentos sobre o tema. Em 2006, Crivella discursou no plenário sobre a participação do Brasil na autoria da resolução da ONU que instituía o dia 27 de janeiro como o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto. Na ocasião, o senador defendeu a tese de que relembrar a história era necessário para evitar a sua repetição. Embora ele estivesse imbuído de sua *persona* política, sua interpretação dos acontecimentos históricos estava em sintonia com a perspectiva religiosa de suas canções. Segundo Crivella: "A morte de milhões de judeus, assim como a morte de muitos outros milhões de pessoas, deve ser vista como *imolação de mártires no altar* da construção de um planeta mais harmônico e justo. Martírio que não se deve repetir".[9] (grifo nosso).

Nessa fala, os fatos que marcaram o século XX são abordados como uma situação negativa e exemplar que deve ser convertida em aprendizado às novas gerações, independentemente de sua origem ou identidade étnico-religiosa. Assim como no caso dos "evangélicos", a noção de "vítimas" e mesmo a do "Holocausto" têm sido objeto de várias apropriações, servindo para se referir a um coletivo ou comunidade

8 "Botafogo vai ter Memorial às Vítimas do Holocausto", de 15 de julho de 2017. Disponível em: https://diariodorio.com/botafogo-vai-ter-memorial-as-vitimas-do-holocausto/. Acesso em: 10 ago. 2020. Em outras notícias da época e posteriores, a vereadora Teresa Bergher reiterou essa lista e, algumas vezes, incluiu "negros" e "inimigos políticos" como parte das vítimas em questão, sem mencionar "comunistas" entretanto.

9 Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/359731/. Acesso em: 10 ago. 2020.

particular, notadamente a judaica, bem como para evocar uma figura difusa, mas bastante adequada para as instâncias de ação política na esfera pública, que repercute uma noção de humanidade. Naquele discurso, o senador dizia que "relembrar essa data é um dever de todos nós, que buscamos a sobrevivência e a perenidade como espécie humana".

No ano seguinte, Crivella tomou o microfone do Senado para homenagear o *Rosh Hashaná*, o ano novo hebraico. Na ocasião, ele fez uma síntese dos eventos mais relevantes da história do Antigo Testamento e explicou aos colegas que "nós estamos no ano 2007 depois de Cristo, e eles [os judeus] estão no ano 5768".[10] Em 2008, o senador voltou a contar a história de Israel, partindo de Abraão e da Bíblia para avançar ao contexto histórico da Segunda Guerra.[11] Em 2010, já no segundo mandato como senador, Crivella continuou tematizando a narrativa bíblica e histórica israelense. Ele discursou sobre os vínculos estabelecidos entre aquele país e o Brasil, referindo-se a posições compartilhadas no plano político e ao interesse turístico manifestado por muitos brasileiros na Terra Santa. Além disso, suas falas destacavam as datas oficiais que visam produzir memória sobre a participação judaica na história brasileira, como o Dia da Imigração Judaica, definido para 18 de março (lei nº 12.124).[12]

Em conjunto, seus discursos e projetos indicam que fosse como senador, como cantor ou como bispo (que viajou para Israel dezenas de vezes), havia de sua parte uma afinidade manifesta com certas questões judaicas antes de sua eleição a prefeito do Rio de Janeiro. Assim, ao encabeçar a chefia do Executivo e presidir o lançamento da pedra fundamental do Memorial do Holocausto, Crivella aprofundava uma relação específica mantida com o judaísmo e com setores da comunidade judaica. Nessa relação, os atores da IURD, entre outros cristãos, atuam como sujeitos políticos que partilham estéticas e a "ideia da história como destino comum" (Rancière, 2009, p. 58), da qual participam como agentes, influindo em projetos públicos de produção de memória. Eles mediam e reposicionam fronteiras político-culturais-re-

10 Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/370057. Acesso em: 10 ago. 2020.

11 Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/373807. Acesso em: 10 ago. 2020.

12 Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/387042. Acesso em: 10 ago. 2020.

ligiosas ao reconstituir a história do Holocausto de maneira a conectar a narrativa historiográfica moderna com elementos de uma escatologia baseada em símbolos e lugares da tradição judaico-cristã.

## Arquitetura de um projeto judaico

Na cerimônia de lançamento da pedra fundamental antes mencionada, Teresa Bergher figurava como Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do município, cargo assumido em 2017, no início do governo Crivella. Embora eles estivessem unidos naquele momento, a história de suas motivações para apoiar a construção do memorial era distinta uma da outra. De sua parte, Teresa acumulava uma trajetória de vários mandatos como vereadora municipal (PSDB), dando prosseguimento à vocação e aos projetos iniciados pelo seu falecido marido Gerson Bergher (1925-2016). Gerson era filho de imigrantes de origem judaica, formado em medicina e foi vereador do Rio por três mandatos (PSDB), dos anos 1990 ao início dos 2000, sendo depois eleito deputado estadual. Num discurso em sua homenagem, o ex-prefeito carioca Cesar Maia disse que "nenhum político fez a representação da sua base" como ele.[13]

Na primeira gestão de Maia (1993-1996), Gerson estava em sintonia com a nova política de urbanismo que passava a se valer da legislação ambiental para evitar a ocupação de diferentes áreas urbanas por favelas, então designadas pelo poder público como uma "ameaça ambiental" (Compans, 2007). Depois da inauguração da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em 1994, a Prefeitura passou a utilizar a legislação condizente com tal órgão para criar unidades de conservação e tombá-las via Executivo municipal, definindo-as como áreas não edificantes. Nessa conjuntura, Gerson assinou o projeto de lei para criação do Parque Bosque Jerusalém na Barra da Tijuca (lei nº 2.331/95) e fez campanha para a criação do Parque Yitzhak Rabin, em Botafogo (decreto municipal nº 14.457/95), ambos aprovados.

No mandato seguinte, já sob a gestão de Luiz Paulo Conde (1997-2000), Gerson propõe à Prefeitura a realização de um concurso de projetos para a construção de um memorial às vítimas do Holocausto. Ideia

13Disponível em: https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/73a1453d71ff763383257fc40060c4f7?OpenDocument. Acesso em: 10 ago. 2020.

aceita, o concurso foi organizado pela regional carioca do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), à qual o prefeito era vinculado. O projeto vencedor foi o de autoria do arquiteto e urbanista André Orioli, recém-egresso da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos planos apresentados, o Memorial às Vítimas do Holocausto seria criado em espaço aberto, localizado junto à praia de Botafogo, no qual se destacaria um obelisco composto por dez cubos de concreto empilhados verticalmente, sendo o da base cortado diagonalmente e com a inscrição "Não matarás", remetendo aos Dez Mandamentos presentes na Torá e no Gênesis da Bíblia (imagem 2).

Imagem 2 – Croqui do primeiro local escolhido para a construção do memorial, na enseada de Botafogo

Fonte: Site de Gerson Bergher.[14]

Naquele momento, o Parque do Flamengo, projetado por Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx, era objeto de uma política de revitalização que visava acentuar o caráter turístico da cidade. Ao longo dos quase quatro quilômetros de sua extensão, o parque já abrigava o Museu de Arte Moderna (1948), o Monumento a Estácio de Sá (1973) projetado por Lucio Costa, o Museu Carmem Miranda (1976) e o Mo-

14 Disponível em: http://www.gersonbergher.com.br/2016/12/07/memorial-as-vitimas-do-holocausto/. Acesso em: 20 out. 2020.

numento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1960), mais conhecido como Monumento aos Pracinhas, em referência às vítimas que integravam a Força Expedicionária Brasileira. Considerando as instalações preexistentes, o vereador Gerson Bergher apresentava a proposta de construção do novo memorial como uma demanda da comunidade judaica local. O memorial seria um marco urbano que colaboraria na valorização de sua identidade e história.

Depois do concurso, André Orioli, autor do projeto vencedor, foi contratado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), responsável por políticas urbanísticas na cidade. Começaram então a ser feitos estudos sobre a viabilidade do projeto, sua relação com o Parque do Flamengo (inscrito no Livro do Tombo Paisagístico do Iphan desde 1965), além de sua interferência na circulação das pessoas na orla. Segundo a atual Coordenadora de Estudos e Planos da Prefeitura Municipal do Rio, Cláudia de Freitas Escarlate, arquiteta vinculada ao IPP na época de análise do projeto, concluiu-se que o memorial deveria ser edificado em outra área. O plano de construção sofre seu primeiro esfriamento.[15]

Anos depois, a equipe envolvida no projeto passa a aventar a sua implementação em área próxima à praia de Botafogo, mas em topografia distinta, no alto do Morro do Pasmado, na área que engloba o Parque Yitzhak Rabin. De acordo com Escarlate, as razões para a escolha derivavam, primeiro, do fato de se tratar de uma área aberta e sem nenhum tipo de circulação ou edificação no entorno imediato que seria afetada pela disposição do memorial. A construção era vista também como uma benfeitoria à "área degradada" (voltarei a esse tema adiante). Em terceiro lugar, a região seria propícia ao memorial porque abaixo do morro se encontra o edifício da Associação Religiosa Israelita (ARI), construído em 1958 com projeto do modernista Henrique Mindlin.[16] Assim, a escolha desse terreno tanto confirmava quanto reforçava uma toponimização judaica do espaço urbano.

Apesar das várias afinidades alegadas entre o memorial e o morro, considerava-se que o custo da edificação seria elevado, razão pela qual o

15 Informações fornecidas na Audiência Pública promovida pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 4 de junho de 2019 para debater as obras do "Memorial às Vítimas do Holocausto". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WR1IwP0ttVU&t=3542s. Acesso em: 10 ago. 2020.

16 Formado em São Paulo, Mindlin trabalhou por anos no Rio, tendo sido diretor-secretário do MAM-Rio (1956) e autor de projetos do edifício Avenida Central, no Largo da Carioca (1957-58).

poder público engaveta o projeto novamente. Não obstante, Gerson e Teresa Bergher seguem em campanha nos seus mandatos subsequentes como vereadores. Em 2007, Teresa aprova um projeto de lei, que define que "fica criado o Memorial às Vítimas do Holocausto e respectivo Centro Cultural, a ser instalado no Aterro do Flamengo" (lei nº 4665/07), ou seja, voltando ao projeto original, de André Orioli. Mesmo com a criação em termos legislativos, a construção efetiva permanece irrealizada. Nesse meio tempo, aventa-se a instalação em uma terceira área, bem afastada do Morro do Pasmado e do Parque do Flamengo. Em 2014, Gerson Bergher conta em entrevista que o local escolhido para as obras seria o Bosque Jerusalém, na Barra da Tijuca – espaço que ele havia transformado, em projeto aprovado pela Câmara, em parque municipal. Na matéria jornalística, afirma-se que as obras custariam cerca de R$ 4,5 milhões à Prefeitura Municipal.[17]

Entre as idas e vindas do projeto e dos locais para sua edificação, foi somente quando Crivella ocupou o cargo de prefeito que os planos do memorial começaram a se materializar. Segundo Teresa Bergher, teria sido o próprio Crivella quem escolheu o mirante do Pasmado como local definitivo para o memorial.[18] Foi também o prefeito que apoiou a criação da Associação Memorial do Holocausto, presidida por Arnon Velmovitsky,[19] que passaria a gerir os custos da obra bancada pela iniciativa privada, e não mais pelo poder público. Em 2017, a Prefeitura usa seus canais de comunicação para divulgar a retomada do projeto do memorial. Em 2018, Crivella cede o uso do terreno do Parque Yitzhak Rabin à Associação por trinta anos e realiza o show gospel cuja renda, no valor de 130 mil reais, iria ajudar no projeto.[20] Duas décadas depois de sua idealização, o memorial finalmente saía do papel. De sua parte, Teresa celebrou o fato como a realização de um sonho idealizado pelo marido.

17 Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-29/barra-tera-memorial-sobre-o--holocausto.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

18 Informações fornecidas na Audiência Pública promovida pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 4 de junho de 2019 para debater as obras do "Memorial às Vítimas do Holocausto". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WR1IwP0ttVU&t=3542s. Acesso em: 10 ago. 2020.

19 Atual presidente da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), instituição que apoiou a campanha de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Em 2015, Arnon Velmovitsky e o Pastor Everaldo integraram a comitiva de Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados, em viagem a Jerusalém. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/presidente-da-camara-viaja-israel-com-pastor-everaldo-comitiva-de-9-deputados-16349651. Acesso em: 10 ago. 2020.

20 Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/saiba-quanto-arrecadou-o-show-de-crivella-para-o--memorial-do-holocausto.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

A conjunção entre os interesses de Crivella e os do casal Bergher, representando parte da comunidade judaica, encontrou naquele momento um ápice. Poucos meses depois do rito de lançamento da pedra fundamental, Teresa foi exonerada do cargo de Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura sem nenhuma notificação prévia. De volta à Câmara Municipal, a vereadora passou a atuar como oposição ao governo. Ela apoiou um pedido de impeachment aberto contra Crivella e, em discurso feito sobre ele na tribuna da Câmara, disse que "a igreja perdeu um grande cantor gospel; e a cidade, infelizmente, não ganhou um grande prefeito".[21] Apesar do afastamento entre eles, a convergência de seus interesses na criação do memorial foi decisiva para a viabilização do projeto. Uma dinâmica semelhante marcou a posição da comunidade judaica no Rio em relação ao novo local de memória. Em contraste com o cisma interno observado há alguns anos durante a campanha presidencial de Bolsonaro, que foi apoiada por setores sionistas e criticada por outros,[22] a construção do memorial não provocou maior dissenso dentro da comunidade.

## Monumento contra a paisagem

Depois de oficializado o destino do memorial, vários atores começaram a protestar contra a decisão da Prefeitura, evocando questões de representatividade e das regulamentações do patrimônio. Entre eles, estava a Associação de Moradores de Botafogo (AMAB), que reclamava uma consulta aos residentes do bairro e sua participação nos processos decisórios relacionados à construção. A associação criou a petição on-line "Pela proteção do Mirante do Pasmado", com mais de 200 mil assinaturas. Na descrição do documento com as firmas de apoiadores, a AMAB ressalta que "o projeto foi idealizado para um local térreo e não para o topo de um Mirante com visibilidade nacional e internacional, prejudicando uma das mais belas paisagens do Rio".[23]

21 Discurso realizado no dia 28 de novembro de 2019. Disponível em: https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/fb352926fc99d17b832584c0006217d9?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1. Acesso em: 10 ago. 2020.

22 Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/manifestantes-fazem-protesto-na-hebraica-contra-palestra-de-jair-bolsonaro-21154692.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

23 Disponível em: https://www.change.org/p/prefeito-marcelo-crivella-pela-prote%C3%A7%C3%A3o-do-mirante-do-pasmado. Acesso em: 10 ago. 2020.

Nesse ponto, o argumento utilizado pela AMAB replicava o elaborado por arquitetos e profissionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-RJ) e do comitê brasileiro do International Council on Monuments and Sites (Icomos).[24] As duas instituições participaram do processo para a obtenção do título de Patrimônio Mundial pelo Rio de Janeiro junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para tanto, elas propuseram a utilização de uma nova tipologia, a de "Paisagem Cultural", que permitiria englobar o "valor universal excepcional" que resulta da composição urbana, natural e cultural da capital fluminense (Ribeiro, 2020, p. 32). O título foi alcançado em 2012, e a cidade se tornou a primeira "paisagem cultural" do Patrimônio Mundial.

A manutenção desse título internacional, que reforça uma imagem de excepcionalidade do Rio de Janeiro, inclusive como destino turístico, se revelou um ponto nevrálgico nas críticas à escolha do Morro do Pasmado para instalação do memorial. No argumento defendido por arquitetos, geógrafos e especialistas do patrimônio, enfatiza-se que o projeto original dos anos 1990 foi pensado para estar no nível do mar. Ao deslocarem o memorial e seu monumento vertical de mais de 20 metros de altura para o topo de um elevado, Prefeitura e seus aliados no projeto estariam colocando em risco a integridade de um conjunto paisagístico patrimonializado em diferentes âmbitos.

Em relação ao título mais recente, obtido junto à Unesco, o obelisco revestido em granito em tom amarelado acarretaria uma alteração visual nas "zonas de amortecimento" que compõem o entorno próximo das "áreas exemplares" do patrimônio mundial.[25] No caso carioca, essas áreas englobam dois núcleos: um destacado pela floresta da Tijuca, o Corcovado e o Cristo Redentor, e outro composto pelo conjunto do Parque do Flamengo, o Pão de Açúcar, a orla da praia até Copacabana e as pedras e imediações do outro lado da baía de Guanabara, até Niterói. Na categorização criada especificamente para o Rio de Janeiro, aquilo que participa do horizonte, seja resultado da intervenção humana, seja da natureza, incluindo o mar, constitui a "paisagem cultural" – cujo entorno colabora em sua preservação.

24 O Icomos é um conselho não governamental, criado em 1965, que integra diversos fóruns de discussão internacionais sobre a nomeação e conservação do patrimônio cultural mundial (Castriota, 2020).

25 Disponível em: https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/067-1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

A ideia de proteção do "entorno" dos locais patrimonializados está presente também nas políticas nacionais de tombamento, sobretudo quando se abordam sítios inscritos como patrimônios paisagísticos, como no caso carioca. Segundo aqueles que protestam contra o local destinado ao memorial, o mirante do Pasmado segue sob proteção federal e a Prefeitura Municipal estaria violando as definições do Patrimônio. Para a ex-vereadora, Sônia Rabello (PV), que já atuou como conselheira de instâncias do patrimônio estadual do Rio de Janeiro e do Iphan, o mirante do Pasmado pode ser incluído nos tombamentos feitos em 1938 e 1973.[26] O primeiro, realizado no ano seguinte à criação do Serviço do Patrimônio, refere-se aos "Morros da cidade do Rio de Janeiro", então Distrito Federal, tombados como "Patrimônio Natural". Em 1973, o tombamento pelo órgão federal individualiza e nomeia os Morros do Corcovado, da Urca e o Pão de Açúcar, entre outros (Processo 869-T-73), produzindo um mecanismo legal para evitar iniciativas como a da concessionária do Caminho Aéreo Pão de Açúcar que planejava, na época, construir uma edificação de três andares no local. No último tombamento, o morro do Pasmado seguiria coberto pela legislação ao fazer parte do entorno paisagístico de áreas que compõem o imaginário de cartão-postal.

Nesse aspecto, a perspectiva contrária à edificação do memorial no Pasmado revela um olhar que enfoca a paisagem historicamente consolidada da cidade. Desde o século XIX, a região da baía de Botafogo e do Pão de Açúcar vem sendo reproduzida por vias oficiais e vernaculares de modo a estabilizar um clichê do Rio de Janeiro. Os panoramas dos antigos daguerreótipos de Marc Ferrez e os *posts* nos aplicativos de imagem como o Instagram são dois extremos de um processo complexo no qual a singularidade da cidade foi traduzida em termos de uma unidade estética. À medida que a urbe se expandiu para a atual zona sul, região com alta concentração de capital simbólico e financeiro, a composição visual do seu horizonte assumiu a função metonímica da cidade, assim como o retrato o faz em relação à totalidade da pessoa.

26 Disponível em: http://www.soniarabello.com.br/morro-do-pasmado-o-tombamento-ignorado/. Para acessar a lista de bens/sítios inscritos no IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf. Acessos em: 10 ago. 2020.

O recorte do visível que configura a condição de existência de toda fotografia possui, aliás, uma afinidade com a forma como Georg Simmel concebia a ideia mesma de paisagem. Para o autor (1996 [1912]), enquanto o que se chama de "natureza" seria caracterizado por uma continuidade infinita, sem início ou fim, a "paisagem" resulta de uma composição particular entre o existente, fruto da ação humana ou não, e a percepção de um observador que apreende aquilo que vê como uma unidade. Cada paisagem seria, assim, um recorte que pode ser individualizado em relação a outros e que, ao afetar o observador, é apreendido como homogêneo em si mesmo (característica que não resulta de nenhuma composição natural prévia). Simmel sublinhava que a paisagem nasceu com a formação do olhar romântico e moderno, que delineia aquilo que apareceria como excepcional ou pitoresco na natureza. Logo, a paisagem resulta de convenções que interligam dimensões espaciais, sua experiência, e o próprio olhar.

Baseados nesse raciocínio, podemos considerar que a paisagem que se colocava em questão na controvérsia que se formou em torno da área urbana escolhida para o memorial se configurava como uma unidade estética cuja excepcionalidade foi acentuada estrategicamente. Ao acionarem as categorias do patrimônio para se falar da paisagem, os críticos ao local do memorial não apenas a viam, como espectadores, mas se posicionavam como observadores, cuja visão resulta de "um determinado conjunto de possibilidades, estando inscrito em um sistema de convenções e restrições" (Crary, 2012, p. 15). Assim, junto à existência de representações visuais consolidadas sobre o Rio de Janeiro, nota-se que a contenda em torno do memorial evidenciava um atrito entre um sistema de (re)conhecimento do espaço urbano-natural, baseado na linguagem do patrimônio, com outras formas de apreensão e enquadramento desse espaço. No ponto de vista dos críticos, o obelisco dotado de uma austeridade estética próxima ao estilo modernista, marcado pela rigidez das formas não figurativas, se torna uma obstrução ao olhar. Em suma, aquela forma de transposição plástica dos Dez Mandamentos equivaleria a uma intervenção iconoclasta sobre a paisagem do Rio de Janeiro na medida em que afetaria a autenticidade de um patrimônio consagrado. Segundo os profissionais do Iphan-RJ e do Icomos-Brasil,

diversas medidas protetivas dos tombamentos e títulos já adquiridos pela cidade estavam sendo desrespeitadas pelo projeto em curso.

## Críticos e apoiadores reunidos

A partir de 2018, atores favoráveis e contrários ao local da edificação passaram a fazer declarações públicas de modo a compor um cenário de controvérsias. Em 4 de junho de 2019, já com a construção avançada, boa parte dos discursos em disputa foram reunidos em uma audiência pública promovida na Câmara Municipal. Na coordenação da audiência, estavam os vereadores de esquerda, e oposição a Crivella, Reimont (PT) e Tarcísio Motta (PSOL). Em suas falas, ambos ressaltaram que a audiência resultava de uma demanda manifestada pelas instituições e grupos que questionavam a escolha do Morro do Pasmado para a edificação.

O vereador petista que presidia a mesa usava no paletó um broche do monumento do Cristo Redentor, um símbolo-chave do imaginário moderno associado ao Rio (Giumbelli, 2014). Naquele ambiente, a miniatura do Redentor aparecia como uma insígnia que identificava o político como um mediador do poder público capaz de produzir algum efeito sobre o andamento das obras de um memorial que interfere no patrimônio. O papel mediador se confirmava na organização das falas de opositores e apoiadores do plano executado pela Prefeitura e pela Associação Memorial do Holocausto. Entre os críticos, estavam a ex-vereadora municipal e ex-colaboradora do Iphan, Sônia Rabello (PV), o arquiteto e urbanista Julio Sampaio, vinculado ao Icomos-Brasil, além de uma representante da Associação dos Moradores de Botafogo (identificada na audiência, mas que não discursou). Entre os apoiadores, estavam vários profissionais da gestão Crivella (como a arquiteta Cláudia de Freitas Escarlate), que faziam coro às posições defendidas por Teresa Bergher e Arnon Velmovitsky, também presentes. Além deles, Marcelo Rotenberg, representante do escritório de arquitetura responsável pelas obras em curso, Carlos Reiss, curador do Memorial do Holocausto de Curitiba, o primeiro do gênero no Brasil, e Beatriz Kushnir, historiadora e diretora do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, avolumaram os argumentos favoráveis ao prosseguimento das obras.

Os reclamantes da audiência diziam haver problemas técnicos nos processos que autorizaram a instalação no Morro do Pasmado e que eles violavam princípios de preservação do patrimônio vigentes em escala nacional e internacional. Além de estar englobada na zona de amortecimento de sítios tombados, aquela parte alta de Botafogo teria se tornado uma "área não edificante" desde que se criou no local o parque municipal Yitzhak Rabin. De sua parte, os defensores das obras trataram de desqualificar esses argumentos por duas frentes: na primeira, reiteravam que tudo estava sendo feito de acordo com as leis que regimentam a construção naquele espaço urbano. Como vários se vinculam ao poder público, eles estavam lidando diretamente com os trâmites burocráticos necessários para concretizar o projeto dentro dos termos da lei – inclusive alterando-a, se necessário (Melo, 2020, p. 147). Na segunda frente de argumentos, os favoráveis às obras deixavam de falar da questão patrimonial e jurídica para realçar os benefícios culturais, urbanos e turísticos que resultariam do novo memorial.

A sucessão de discursos compôs um ambiente no qual as alegações contrárias eram minimizadas e as favoráveis aplaudidas pelo público presente. Perante tal contraposição de forças, Sônia Rabello e Julio Sampaio abandonaram o plenário na metade da audiência. Após sua retirada, o evento prosseguiu como uma elegia ao memorial e suas qualidades. Entre os que defendiam o projeto, havia figuras autoidentificadas como representantes de grupos cigano, negro e LGBT, um sobrevivente judeu do Holocausto e muitos integrantes da Assembleia de Deus. Nenhuma das falas feitas no púlpito da Câmara mencionou publicamente a Igreja Universal – um silêncio que talvez resultasse de uma estratégia para evitar possíveis críticas à confluência de interesses religiosos e políticos manifestada por personagens como o bispo licenciado Crivella. Os assembleianos se identificavam usando camisetas nas cores da bandeira israelense e portavam réplicas dela, que tremulavam em apoio às falas que enalteciam o memorial e sua conexão com Israel.

A audiência pública se encerrou oferecendo uma oportunidade para vários setores manifestarem seu apoio à criação do memorial na cidade. Se, a princípio, o projeto foi identificado como resultado de uma demanda antiga de representantes da comunidade judaica carioca,

finalmente atendida, as justificativas para sua recente realização confluíam ao projetar um papel educativo e cultural mais amplo ao espaço de memória. O novo equipamento urbano foi descrito reiteradamente como um instrumento de ensino para as novas gerações. Seus ensinamentos, embora partissem do repertório das vítimas judaicas do Holocausto, abordariam outros grupos perseguidos e contribuiriam à formação dos visitantes independentemente de suas origens e identidades étnico-raciais ou religiosas.

Em síntese, a perspectiva mais reforçada na audiência enquadrava o memorial como um instrumento "cultural" que tematiza um trauma histórico e "humano" em geral. Apontei anteriormente que essa foi uma estratégia discursiva empregada também por Crivella em outras ocasiões. Em seus mandatos como senador, ele fez menção à perseguição nazista aos judeus e outras minorias para evocar os "princípios da dignidade humana" e dos "direitos humanos", concluindo que "todos somos iguais, independente de raça, credo, sexo ou origem social".[27] Reproduzindo um argumento semelhante, os defensores do memorial enfatizaram sua inserção na paisagem urbana como ferramenta para construir uma memória pública, atribuindo a ele uma função análoga a outros monumentos voltados à história contemporânea.

## Dispositivos estéticos e marcos para a memória

Na medida em que o memorial deixa de ser pensado em relação à paisagem e ao patrimônio, alternamos entre uma perspectiva que o observa de longe e de fora, como figura que se destaca indevidamente em um horizonte excepcional preexistente, para enxergá-lo de perto e dentro. Para seus defensores, o memorial deve se tornar um marco e um repositório de uma memória que se quer tornar pública, não apenas em termos de sua visibilidade, mas da inclusão do Holocausto como um tema difundido amplamente, de maneira semelhante aos conteúdos expositivos de outros centros culturais e museus que colaboram na formação de seus visitantes. Esse dado se reforça com a entrada do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), entidade privada espe-

27 Pronunciamento realizado em 25 de janeiro de 2006. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/359731. Acesso em: 10 ago. 2020.

cializada em gestão de projetos e centros culturais, na coordenação das exposições e curadoria do memorial. No Rio, a empresa é responsável pela gestão do Museu do Amanhã e participa da restauração do Cais do Valongo. Em relação ao Memorial do Holocausto, o IDG informa que "o objetivo do espaço será proporcionar reflexão sobre a importância dos direitos humanos, da democracia, da justiça, da tolerância, da liberdade, do respeito à diversidade e ao pluralismo".[28]

Nota-se, outra vez, como as falas oficiais em torno do memorial evitam a particularização étnico-religiosa enfatizando seu caráter pluralista. Ocorre, não obstante, que o caráter generalista atribuído ao tema do Holocausto coexiste com os vetores e interesses que representam grupos específicos. Um olhar atento à biografia do memorial e à sua materialidade nos indica que as redes que condicionam sua forma atual de existência estão ancoradas em instituições e saberes compartilhados pela comunidade judaica. Diante dos diversos grupos também perseguidos, antes e durante a Segunda Guerra na Europa, muitos pesquisadores judeus e israelenses se destacaram tanto para promover a contínua historicização daqueles eventos de grande magnitude quanto para visibilizar publicamente esse conhecimento, inclusive por meio de aparelhos urbanos – como monumentos, museus e memoriais – que colaboram na ampliação do público potencialmente atingido pelo conteúdo histórico. Como era possível notar na audiência pública de 2019, não raro os especialistas e representantes das instituições que trabalham com o tema do Holocausto manifestam ter ascendência judaica.

No planejamento do memorial no Rio, cuja inauguração foi prorrogada em decorrência da pandemia mundial, o know-how judaico-israelense sobre o Holocausto teve preponderância na orientação dos parâmetros narrativos e estéticos acionados para contar sua história. De acordo com o arquiteto Marcelo Rotenberg e o curador Carlos Reiss, o modelo expositivo que guiará o trabalho curatorial no memorial carioca é baseado no museu Yad Vashem,[29] de Jerusalém, que também serve de

28 Disponível em: https://www.idg.org.br/pt-br/node/666. Acesso em: 10 ago. 2020.

29 O Yad Vashem foi criado, em 1953, pelo parlamento de Israel como memorial oficial para a recordação dos mártires, heróis e vítimas judaicas do Holocausto. Quarenta anos depois, em 1993, ele se ampliou e passou a integrar a Escola Internacional para o Estudo do Holocausto. Em 2005, o memorial foi reinaugurado como Museu Histórico do Holocausto e, aproximando-se do tempo presente, passou a ser um dos museus do gênero mais visitados do mundo, contando com diversas ferramentas expositivas e multimídia. Disponível em: https://www.yadvashem.org/museum/holocaust-history-museum.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

referência para o Museu do Holocausto de Curitiba, inaugurado em 2011, e para o museu homônimo de São Paulo, aberto em 2017.

Segundo Rotemberg e Reiss, o memorial carioca busca mimetizar certos efeitos que a arquitetura e as exposições do Yad Vashem provocam em seus visitantes. Embora as formas arquitetônicas no caso brasileiro e israelense sejam bem distintas, uma em formato redondo e plano, outra piramidal e aberta em seu topo, um dado comum entre as construções de cada país estaria no fato de que parte da edificação de ambas se situa abaixo do solo – integrando-se à topografia local. Assim, enquanto os profissionais do patrimônio enfocavam os efeitos materiais e estéticos negativos do memorial com seu obelisco, o arquiteto encarregado pelo projeto acentuava a contiguidade entre o memorial e o terreno que o abriga (imagem 3). A relação dos memoriais com o solo é complementada, ainda, pelo contraste da experiência mantida nos ambientes internos, com luz artificial e controlada, onde se toma contato com a história sombria do Holocausto, e o cenário que se desvela ao fim das visitas: no Yad Vashem, o tour se encerra com uma vista panorâmica da planície onde está a cidade de Jerusalém; no Rio, ele se completa com a baía da Guanabara e parte da cidade, que ganham uma nova mediação e enquadramento.

Imagem 3 – Vista aérea do Morro do Pasmado, em divulgação do Memorial do Holocausto do Rio

Fonte: Instituto de Desenvolvimento e Gestão (2020).

Assim como no museu israelense, a exposição no exemplar carioca será organizada, segundo seus curadores, em um sequenciamento narrativo que tematiza "a vida" antes, durante e depois do Holocausto. Os visitantes deverão entrar por uma porta e sair por outra, fazendo no entremeio um trânsito entre obras, documentos, artefatos e projeções multimídia. Ao se espelhar na curadoria do Yad Vashem, adequando-a às dimensões do memorial carioca, os responsáveis pelo projeto visam, primeiramente, colocar os visitantes em contato com as rotinas de comunidades judaicas antes da guerra, permitindo que os não vinculados a esse coletivo ou não conhecedores de sua história possam estabelecer uma conexão preliminar com eles. Depois dessa contextualização é que a exposição avança rumo ao momento mais sinistro do nazismo.

Ao adotar tal expediente, a curadoria do memorial se aproxima de outros museus de arte ou de história que também constroem um *dramatis personae* com base em seus acervos e exposições (Duncan, 2008). E, assim como essas instituições se valem de várias ferramentas estéticas para produzir "uma experiência profundamente transformadora, um ato de identificação imaginativa entre o espectador e o artista" (Duncan, 2008, p. 128), igualmente o memorial busca afetar seus públicos intelectual e emocionalmente. Ao enfocar a morte em uma dimensão monumental, representada pelas milhões de vítimas do nazismo, a curadoria visa provocar uma conexão entre os repertórios emocionais dos visitantes, com suas formas de expressão socialmente orientadas, e o tema enfocado naquele espaço-tempo particular. Se o empreendimento for bem-sucedido, o Holocausto será percebido sensorial e intelectualmente por uma combinação de dispositivos que atualizam seu luto junto aos visitantes.

No caso exemplar do Yad Vashem, cujo nome remete a uma passagem do Antigo Testamento (Isaías, 56:5), na qual Deus promete aos que lhe renderem homenagem "um memorial e um nome", uma etapa marcante na visitação envolve o acesso ao Hall dos Nomes: um espaço circular, vazado para o alto e para baixo, no qual se acumulam catálogos que visam incluir os nomes de todos os seis milhões de judeus assassinados na guerra e nos campos de concentração. A forma expositiva e arquitetônica do espaço, junto com a assustadora cifra de vítimas,

colaboram na produção de um sentimento de anormalidade. Essa sensação de estranhamento é, justamente, um dos recursos mais eficazes na produção e acionamento de memórias.

Ao falar sobre o tema da memória, Mary Carruthers (2011) ressalta que não só as experiências de maior relevo (como as de um trauma) tendem a ser mais duradoras do que as da vida cotidiana, mas que a memória se vale de artefatos e lugares para se organizar internamente e se expressar criativamente. Nesse ponto, a autora sublinha algo que vai além do caráter inventivo de toda recuperação mnemônica, que reinterpreta certo passado com as lentes do presente. Distinguindo o ato de recordar das "'coisas' que os seres humanos podem usar para situar e sinalizar suas memórias" (2011, p. 75), Carruthers sugere que certos memoriais servem como marcadores espaciais que ajudam a mapear e acionar imagens dentro de um repertório mental preexistente.

Em contraste com o argumento sobre a função "educativa" do memorial carioca, utilizada pelos seus defensores para se falar de um público hipoteticamente pouco familiarizado com o tema, a abordagem de Carruthers nos ajuda a pensar as materialidades do memorial – incluindo ele próprio – com base em sua "função localizadora", como coisas que "situam o que pensamos" (2011, p. 72). Em seu argumento, a autora recupera o exemplo de Halbwachs (1941) sobre a constituição da topografia sagrada de Jerusalém nos primeiros séculos da era cristã para demonstrar como um sítio se torna um "lugar comum" nos "mapas mentais" de peregrinos e fiéis que se deslocavam até à Terra Santa para encontrar os lugares, ou vestígios dos lugares, já presentes em suas lembranças (Carruthers, 2011, p. 77). O dado "comum" dos espaços não remete a uma banalidade evidentemente, mas à sua busca por públicos heterogêneos ao longo de séculos para fins semelhantes. Os lugares sagrados atuando como marcos espaciais da memória e história religiosa.

De volta ao caso que nos interessa, parece correto considerar analogamente que, entre os visitantes do memorial do Holocausto, aqueles que detenham alguma informação prévia sobre os eventos históricos e/ou que valorizem a identidade judaica poderão estabelecer uma relação com ele que sirva para recuperar e reforçar conhecimentos e imaginários já formados. A própria criação do memorial se torna um testemunho

que ratifica, no espaço urbano, a importância e a veracidade de um conjunto de informações e imagens partilhadas por diferentes coletivos.

## Perigo e purificação da topografia

Para encerrar a análise sobre o novo memorial, gostaria de acessar outras camadas de história do terreno em que ele se encontra. Diferentemente de monumentos voltados a vítimas da Segunda Guerra, como o Monumento das Passagens dedicado a Walter Benjamin, construído junto ao cemitério onde seu corpo foi sepultado, na zona fronteiriça entre a Espanha e a França (Taussig, 2006), o local destinado para a edificação do memorial carioca não possui nenhum vínculo prévio com as vítimas do Holocausto. Em verdade, o passado do morro em questão ressoa a memória obliterada de outras vítimas: aquelas que têm sido historicamente violentadas por políticas de marginalização e de remoção urbana.

Conforme descreveu Valladares (2000), a história do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX enquadrou a favela como um "lócus da pobreza", da vagabundagem e do crime. Essa representação, projetada sobre diversos morros, englobava também o Pasmado, que teve registro de moradores desde 1906, pelo menos. Naquele ano, foi realizado um Censo na cidade que indicava haver 13 construções e 65 moradores no local (Gonçalves, 2020, p. 2). A data de realização do recenseamento remete ao momento da "grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, […] [que] se propunha a sanear e civilizar a cidade" (Valladares, 2000, p. 7). Datam do mesmo período as primeiras estigmatizações dos espaços de moradia urbana popular, incluindo o imaginário estabelecido sobre os "cortiços" e favelas, tidas como regiões que englobam "alguns trabalhadores" e muitos da "classe perigosa" (Valladares, 2000). Em síntese, espaços abordados como insalubres em termos sanitários e morais.

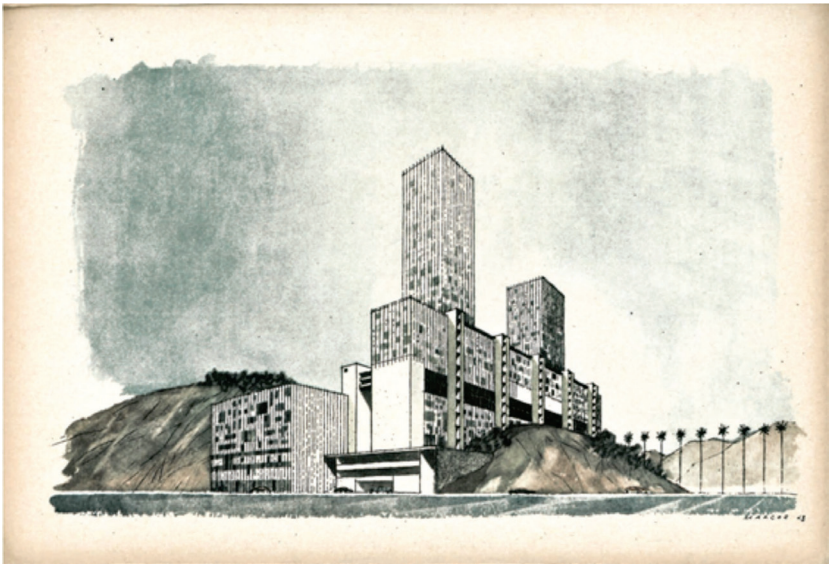
A ocupação habitacional do Morro do Pasmado perdurou por várias décadas, sendo inclusive fotografada e sua imagem utilizada na capa de uma edição do jornal *O Correio da Manhã* (23 mar. 1959). Nela, se anunciava que "Crescem as favelas da cidade não obstante promessas em contrário da municipalidade" (apud Bizarria, 2014). Uma visibili-

dade negativa, portanto, em relação à paisagem urbana. O viés crítico na abordagem do jornal sobre o Pasmado se reproduz em 1963, quando o diário carioca tematiza a questão "dos favelados" afirmando que havia uma "gravidade crescente do problema". Na edição do dia 26 de março de 1963, argumenta-se que "nem 30% dos favelados precisam realmente morar em locais tão sórdidos", sua permanência nos morros resultaria da "facilidade de burlar a lei" e não pagar impostos (apud Bizarria, 2014).

A história pregressa do local escolhido para o memorial do Holocausto, com seu obelisco disposto no alto de um morro diante do mar, nos conecta, em verdade, com um passado subterrâneo. Ao analisar a história do Pasmado, Bizarria (2014) mostra que a narrativa elaborada pelo Correio da Manhã contra as favelas e, especialmente, contra o Pasmado, era veiculada ao mesmo tempo que se produziam campanhas publicitárias sobre as modernizações da área. Uma estratégia que visava estimular a especulação imobiliária na região. Primeiro, a criação e a iluminação do túnel na parte baixa do morro foram anunciadas pela General Eletric como "um empreendimento que beneficia toda a população". Anos depois, o diário carioca anuncia a "urbanização do Pasmado" – em momento em que os seus primeiros moradores, da favela, ainda permaneciam no local.

A matéria em questão era uma propaganda imobiliária vinculada ao projeto do arquiteto carioca Sergio Bernardes (edição de 24 nov. 1963). No jornal, o anúncio do novo empreendimento imobiliário vinha acompanhado do retrato de uma socialite da época, exemplificando o tipo de morador ao qual se destinava o edifício. Já no projeto arquitetônico em si, nota-se a influência modernista do desenho em que são erigidas duas torres cercadas por um complexo que integraria o novo condomínio. A representação gráfica da nova edificação apaga qualquer vestígio das moradias populares então existentes. Em seu lugar, destaca-se o Casa Alta isolado e em perspectiva monumental (imagem 4).

Imagem 4 – Croqui do Casa Alta (1963), por Bernardes Arquitetura



Fonte: Bernardes Arquitetura.

Para que a especulação imobiliária alcançasse seu objetivo, a estratégia narrativa mantida pelo *Correio da Manhã*, antes e na época de publicização do projeto de Bernardes, foi reforçar o estigma e a marginalização dos moradores de morro (Bizarria, 2014). Estabeleceu-se a imagem de uma "zona degradada" social, moral e urbanisticamente. Nessa conjuntura, aquilo que se anunciava como "urbanização" representava uma forma de limpeza simbólica e material, como uma modalidade de aversão pública impulsionada pela mídia na época.

A expulsão dos moradores do morro ocorreu poucos meses antes da instauração da ditadura civil-militar no país, dando início ao processo de segregação espacial urbana conhecida como "Era das Remoções" no Rio, que durou até os anos 1970. Nela, as políticas de remoção dos governos federal e da Guanabara atingiram níveis inéditos até então, fazendo com que a expulsão se tornasse uma "ameaça sempre presente na vida das favelas", sendo executada com "uma repressão nunca vista antes" (Brum, 2012, p. 358). No caso do Pasmado, a violência era vivida não só na experiência dos moradores que foram deslocados a conjuntos

habitacionais a dezenas de quilômetros do local, mas também como expressão do poder instituído. Um poder político e financeiro que se expressava de maneira ritualística, assim como num "holocausto", se tomarmos a expressão em seu sentido religioso, judaico-cristão, de sacrifício oferecido às chamas sagradas. No dia 29 de janeiro de 1964, o *Correio da Manhã* anuncia "A fogueira de Botafogo":

> Do morro só restam cinzas e a escada íngreme, desconjuntada, apontando para o alto. Não podia ser diferente. […] Que venham abaixo, em cinzas, todas as favelas. Nem por isso a saudade é menor. Nem por isso as lágrimas deixarão de correr, numa tentativa infrutífera de apagar a fogueira. Uma fogueira que iluminou a noite de Botafogo no Morro do Pasmado. (apud Bizarria, 2014).

Como nos rituais que produzem inferências contraintuitivas em relação às expectativas baseadas na experiência ordinária e, com isso, são gravadas na memória de seus atores (Boyer, 1999, p. 57), o incêndio que encerrou com as habitações da favela foi promovido pelo Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara. Os homens treinados para evitar os efeitos destrutivos do fogo eram os responsáveis por ateá-lo. O rito pirotécnico foi a última etapa das ações de despejo, iniciadas dois meses antes. Nesse ponto, vale a pena recuperar a tradição antropológica interessada nos rituais para lembrar que "segundo certas lendas bíblicas o fogo do sacrifício não é outra coisa senão a própria divindade que devora a vítima ou, para dizer mais exatamente, o sinal da consagração que a inflama" (Mauss; Hubert, 2005, p. 32). No incêndio em Botafogo, a divindade estatizada sacrificava o existente para criar algo novo e consagrado em seu lugar. As moradias populares substituídas pelos apartamentos de luxo.

Nos anos seguintes ao incêndio no Pasmado, as torres do condomínio Casa Alta foram construídas em parte lateral do morro,[30] fazendo com que o seu topo permanecesse sem ocupação para moradia. Justamente esse espaço é que se tornou, nos anos 1990, o parque municipal Yitzhak Rabin. Portanto, antes de sua ocupação pelas obras do Memorial do Holocausto, o espaço permaneceu sendo utilizado como mirante e zona de lazer. Quando o projeto do memorial foi reavivado, na gestão

30 O acesso ao condomínio do Edifício Casa Alta pode ser feito pela Praia de Botafogo, nº 528, e pelo Morro do Pasmado.

de Crivella, uma nova modalidade de estigmatização do local passou a ser feita. Nas justificativas elencadas pelos atores favoráveis tanto ao memorial quanto à sua localização em Botafogo, é recorrente o argumento de "revalorização" da área, que estaria "degradada".

A produção da aversão dirigida aos pobres no passado, inclusive com argumentos sanitários, voltou-se no momento recente às identidades e sexualidades dissidentes, tomadas como condutas moralmente condenáveis e socialmente perigosas. A vereadora Teresa Bergher, na audiência pública citada anteriormente, afirmou que o memorial iria "dar dignidade ao local abandonado", a um "ponto de consumidores de drogas e prostituição" e onde havia ocorrido um estupro. Embora não oferecesse nenhum tipo de indício que comprovasse sua fala naquela ocasião, a vereadora descrevia o parque como sendo um lugar onde se realiza o "exibicionismo", no qual "vão pra lá homens e mulheres nus e ficam desfilando naquele local". Logo, o perigo estava não no espaço, mas nas pessoas que se encontram e socializam nele.

Os idealizadores do memorial, que anunciam seu caráter inclusivo e sua contribuição na defesa "dos direitos humanos", são os mesmos que recriminam práticas de sociabilidade e erotismo dissidentes, incluindo aquelas que podem ser partilhadas consensualmente por minorias como homossexuais, travestis e outros grupos que se valem da possibilidade do anonimato para explorar parques urbanos e suas aventuras. Em cada ocasião, um dos argumentos antagônicos pode ser acionado, segundo os interesses de seus enunciadores. Crivella, ao longo de sua trajetória como político-e-religioso, exprime publicamente seu apoio à "manifestação de um pensamento crítico contra o homossexualismo em geral". [31] Para ele, a justificativa para tal afastamento, do "homossexualismo", estaria no Antigo Testamento, que traz a "palavra escrita por Moisés que nos adverte, há milênios, que o homem que deita com outro homem como se mulher fosse comete diante dos olhos de Deus uma abominação".[32]

Moisés, conforme narrado na Torá e no Antigo Testamento, é o líder dos hebreus na fuga do exílio rumo à Terra Prometida. Assim como na história de Abraão, Moisés entra em contato com Deus em montes

31 Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/367015. Acesso em: 10 ago. 2020.

32 Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/367015. Acesso em: 10 ago. 2020.

sagrados, como o Monte Sinai no Egito, "o monte de Deus" (Freud, 2018, p. 68). É nesse local que ele recebe de Deus as tábuas dos Dez Mandamentos, a serem ensinados aos hebreus e seus descendentes. Um aspecto interessante a ser sublinhado nessas referências antigas é que a imagem de Deus em questão remetia a um deus belicoso. Freud, em seu estudo sobre Moisés, ressalta que "Jeová era um deus vulcânico" (2018, p. 67) – não por acaso a divindade era frequentemente representada como o fogo. Complementarmente, Moisés é narrado nas Escrituras "como um homem colérico" (Freud, 2018, p. 48), característica que assume uma posição-chave em apropriações contemporâneas da tradição judaico-cristã, como na Teologia da Batalha (Mariz, 1999). Uma teologia que percebe a alteridade como inimigo a ser combatido com as armas do proselitismo.

No campo das disputas simbólicas e urbanas no Rio de Janeiro, a ereção do memorial e de seu totem no Morro do Pasmado é acompanhada por uma sacralização da topografia. Os processos de estigmatização, conversão e purificação do local se completam com os planos municipais de "revalorização" da área por meio da criação do Bosque de Israel e do Bosque das Oliveiras no entorno do memorial.[33] Sob o título de "requalificação-ambiental", o parque já existente poderá se assemelhar a um dos jardins bíblicos da Igreja Universal. Conforme informa o poder público, uma área de 200 $m^2$ do morro vai ser coberta por árvores típicas de Israel, incluindo tamareiras, figueiras, cedros do Líbano e oliveiras. No Rio, o Bosque das Oliveiras será o ponto de culminância da nova trilha que deve ser formada desde o pé do morro, avançando rumo ao alto. A depender dos usos que o memorial e seu entorno venham a ter nos próximos anos, eles podem se estabelecer como uma nova região moral da cidade. Uma área convertida esteticamente para fins "edificantes" em termos urbanos, religiosos ou históricos, requerendo códigos de conduta adequados ao novo território.

33 Disponível em: http://portalpcrjwp.hom.rio.gov.br/primeira-dama-sylvia-crivella-lanca-plano-de-requalificacao--ambiental-do-morro-do-pasmado/. Acesso em: 10 ago. 2020.

## Referências Bibliográficas


BARTHES, R. La Tour Eiffel. In: BARTHES. R. Œuvres complètes. Tome 1 : 1942-1965. Paris: Éditions du Seuil, 1993. p. 1381-1400.

BIRMAN, P. O poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 133-153, 2012.

BIZARRIA, J. O Morro do Pasmado e suas cidades virtuais: do Correio da Manhã à nova militância das favelas. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 15, 2014.

BOYER, P. Cognitive aspects of religious ontologies: how brain processes constrain religious concepts. *Scripta Instituti Donneriani Aboensis*, v. 17, n. 1, p. 53-72, 1999.

BRUM, M. S. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 357-379, 2012.

CAMURÇA, M. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o 'plano de poder' e a lógica de minoria perseguida. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 43-66, 2020.

CARRUTHERS, M. *A técnica do pensamento*: Meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CASTRIOTA, L. Unesco/Icomos. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). *Dicionário temático de patrimônio*: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 101-105.

COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, p. 83-99, 2007.

CRARY, J. *Técnicas do observador*: visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DUNCAN, C. O museu de arte como ritual. *Revista Poiésis*, Niterói, n. 11, p. 117-134, 2008.

FREUD, S. *Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Obras completas, volume 19).

GIUMBELLI, E. O chute na santa: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, P. (org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 169-199.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GIUMBELLI, E. *Símbolos religiosos em controvérsia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GOMES, E. *A Era das Catedrais*: a autenticidade em exibição. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GONÇALVES, R. S. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. *Estudos de Cultura Material*, São Paulo, n. 28, p. 1-30, 2020.

HALBWACHS, M. *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte*: étude de mémoire collective. Paris: Presses Universitaries de France, 1941.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990. (versão digitalizada).

LATOUR, B. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 111-150, 2008.

MAFRA, C. A "arma da cultura" e os "universalismos parciais". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-624, 2011.

MARIZ, C. A teologia da Batalha Espiritual - uma revisão da literatura. *Boletim de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 47, n. 1, p. 33-48, 1999.

MAUSS, M.; HUBERT, H. *Sobre o Sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELO, C. M. S. *Entornos de bens culturais*: reflexões sobre os processos de identificação e gestão. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PEREIRA, E. *O Teatro da Religião*: A semana santa em Ouro Preto vista através de seus personagens. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, E. Muro das Imitações. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32, 2020, Rio de Janeiro. *X Prêmio Pierre Verger de Fotografia*. Rio de Janeiro: ABA, 2020. (Ensaio fotográfico).

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*: estética e política. São Paulo: EXO/34, 2009.

RIBEIRO, R. W. Paisagem cultural. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). *Dicionário temático de patrimônio*: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 31-33.

SANT'ANNA, R. A música gospel e os usos da "arma da cultura". Reflexões sobre as implicações de uma emenda. *Revista Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-41, 2013.

SCOLA, J. Ver, visitar, participar: a produção do "bíblico" com base em telenovelas brasileiras. In: GIUMBELLI, E.; PEIXOTO, F. (org.). *Arte e Religião*: passagens, cruzamentos, embates. Brasília: Aba Publicações, 2021. p. 193-234.

SIMMEL, G. A filosofia da paisagem. *Revista de Ciências Sociais*: Política e Trabalho, João Pessoa, n. 12, p. 15-24, 1996.

STEIL, C. A. *O Sertão das Romarias*: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa - Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

TAUSSIG, M. *Walter Benjamin's grave*. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 2006.

VALLADARES, L. Favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *RBCS*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

VELHO, O. *Besta-fera recriação do mundo*: ensaios de crítica antropológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L.; LUI, J. *Religião e Política*: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: ISER, 2017.

**Jornais consultados**

FREIRE, Q. G. Botafogo vai ter Memorial às Vítimas do Holocausto. *Diário do Rio*, 15 jul. 2017. Disponível em: https://diariodorio.com/botafogo-vai--ter-memorial-as-vitimas-do-holocausto/. Acesso em: 10 ago. 2020.

FURST, R. Presidente da Câmara viaja a Israel com Pastor Everaldo e comitiva de 9 deputados. *O Globo*, 3 jun. 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/presidente-da-camara-viaja-israel-com-pastor-everaldo-comitiva-de-9-deputados-16349651. Acesso em: 10 ago. 2020.

GOIS, A. Saiba quanto arrecadou o show de Crivella para o Memorial do Holocausto. *O Globo*, Blog do Ancelmo Gois, 30 jun. 2018. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/saiba-quanto-arrecadou-o-show--de-crivella-para-o-memorial-do-holocausto.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

MANIFESTANTES fazem protesto na Hebraica contra palestra de Jair Bolsonaro. *Extra*, 3 abr. 2017. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/manifestantes-fazem-protesto-na-hebraica-contra-palestra-de-jair-bolsonaro-21154692.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

MARTINS, F. Barra terá Memorial sobre o Holocausto. *O Dia*, Rio de Janeiro, 30 ago. 2014. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-29/barra-tera-memorial-sobre-o-holocausto.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

PARQUE Yitzhak Rabin recebe pedra fundamental do Memorial do Holocausto. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, ano XXXI, n. 82, sexta-feira, 14 jul. 2017. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3476/#/p:1/e:3476/. Acesso em: 10 ago. 2020.

**Sites consultados**

BATISTA, M. A. N. et al. *Candidatura do Rio de Janeiro a patrimônio mundial* – categoria paisagem cultural. Disponível em: https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/067-1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASA Alta. In: *Bernardes Arquitetura*. Disponível em: https://www.bernardesarq.com.br/memoria/alta/. Acesso em: 10 set. 2020.

CONDE, Luis Paulo (verbete). In: *FGV/CPDOC*. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/conde-luis-pauloh-

ttp://Iphan.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/conde-luis--paulo. Acesso em: 10 out. 2020.

CRIVELLA lança pedra fundamental do Memorial às Vítimas do Holocausto. In: *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, 14 jul. 2017. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=7169691. Acesso em: 10 ago. 2020.

DISCURSO – Vereador Cesar Maia (31/05/2016). In: *Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Disponível em: https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/73a1453d71ff-763383257fc40060c4f7?OpenDocument. Acesso em: 10 ago. 2020.

DISCURSO – Vereadora Teresa Bergher (28/11/2019). In: *Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Disponível em: https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/fb352926fc99d17b832584c0006217d9?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1. Acesso em: 10 ago. 2020.

GENTILE, Rogério. Tribunal isenta Universal de pagar imposto por pedras do Templo de Salomão. In: *UOL*, 14 out. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio-gentile/2020/10/14/tribunal-isenta-universal-de-pagar--imposto-por-pedras-consideradas-sagradas.htm/. Acesso em: 15 out. 2020.

IDG fará implantação do Memorial do Holocausto Rio. In: *Instituto de Desenvolvimento e Gestão*, 3 jun. 2020. Disponível em: https://www.idg.org.br/pt-br/node/666. Acesso em: 10 ou. 2020.

LISTA de processos de tombamento. In: *Portal Iphan*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

MEMORIAL às Vítimas do Holocausto. In: *Gerson Bergher*, 7 dez. 2016. Disponível em: http://www.gersonbergher.com.br/2016/12/07/memorial-as--vitimas-do-holocausto/. Acesso em: 20 out. 2020.

MORRO do Pasmado: o tombamento ignorado!. In: *Sonia Rabello*, 22 mar. 2019. Disponível em: http://www.soniarabello.com.br/morro-do-pasmado--o-tombamento-ignorado/. Acesso em: 10 ago. 2020.

PELA proteção do Mirante do Pasmado (abaixo-assinado). In: *Change.org*. Disponível em: https://www.change.org/p/prefeito-marcelo-crivella-pela-prote%C3%A7%C3%A3o-do-mirante-do-pasmado. Acesso em: 10 ago. 2020.

PRIMEIRA-DAMA Sylvia Crivella lança plano de requalificação ambiental do Morro do Pasmado. In: *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, 13 jul. 2020. Disponível em: http://portalpcrjwp.hom.rio.gov.br/primeira-dama-sylvia-crivella-lanca-plano-de-requalificacao-ambiental-do-morro-do-pasmado. Acesso em: 15 out. 2020.

PRONUNCIAMENTO de Marcelo Crivella em 25/01/2006. In: *Senado Federal*, Atividade Legislativa. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/359731/. Acesso em: 10 ago. 2020.

PRONUNCIAMENTO de Marcelo Crivella em 19/03/2007. In: *Senado Federal*, Atividade Legislativa. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/367015. Acesso em: 10 ago. 2020.

PRONUNCIAMENTO de Marcelo Crivella em 13/09/2007. In: *Senado Federal*, Atividade Legislativa. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/370057. Acesso em: 10 ago. 2020.

PRONUNCIAMENTO de Marcelo Crivella em 14/05/2008. In: *Senado Federal*, Atividade Legislativa. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/373807. Acesso em: 10 ago. 2020.

PRONUNCIAMENTO de Marcelo Crivella em 16/03/2011. In: *Senado Federal*, Atividade Legislativa. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/387042. Acesso em: 10 ago. 2020.

RIO TV CÂMARA. *Audiência Pública – 04.06.2019*. YouTube: Rio TV Câmara. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WR1IwP0tt-VU&t=3542s. Acesso em: 10 ago. 2020.

SOBRE nós. In: *Centro Cultural Jerusalém*. Disponível em: http://centroculturaljerusalem.com.br/about-2/. Acesso em: 10 ago. 2020.

THE Holocaust History Museum. In: *Yad Vashem*. Disponível em: https://www.yadvashem.org/museum/holocaust-history-museum.html. Acesso em: 10 ago. 2020.